

Estágio em Psicologia Social: discussão de uma experiência a partir da análise de implicação

Pasantía de psicología social: discusión de una una experiencia basada en un análisis de implicación

Internship in Social Psychology: discussion of an experience by implication analysis

Marcelo Felipe Bruniere^a , Leandro Almir Aragon^b  e Maria Alice de Carvalho Echevarrieta^c 

^a Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: marcelo2x2@hotmail.com

^b Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil. Graduado em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: leandrorgn@gmail.com

^c Mestranda no programa de Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina e Psicóloga da Secretaria Municipal de Educação de Araquari. E-mail: marialice_oak@hotmail.com

Resumo: Este artigo visa levantar questionamentos e propor análises acerca da inserção do estagiário de psicologia social em campos da Assistência Social. As análises partiram de uma experiência de estágio curricular obrigatório em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) de uma cidade do sul do Brasil, realizado entre os meses de março e dezembro de 2015. A discussão foi feita a partir da perspectiva da análise institucional de Gregório Barenblitt para realizar uma análise de demandas que busca evidenciar alguns dos atravessamentos institucionais (por parte da Universidade, do campo de estágio e dos próprios estagiários) que envolvem o processo de inserção do estagiário. Como conclusão, afirmamos a necessidade de reconhecer e problematizar a existência de demandas conflitivas que surgem já no projeto de trabalho dos estágios, propondo uma possibilidade de inserção que busque considerar os efeitos desses atravessamentos sobre as atividades realizadas.

Palavras-chave: Psicologia; Assistência Social; Oficinas artísticas; Análise Institucional;

Resumen: El objetivo de este artículo es plantear preguntas y proponer análisis sobre la inserción del aprendiz de psicología social en los campos de la Asistencia Social. Los análisis se basaron en una experiencia de pasantía curricular

Como citar: Bruniere, M. F.; Aragon, L. A.; Echevarrieta, M. A. C. Estágio em Psicologia Social: discussão de uma experiência a partir da análise de implicação. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 53, 2019 DOI: 10.5007/2178-4582.2019.e66996



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

obligatoria en un Centro de Referencia para la Asistencia Social (CRAS) en una ciudad del sur de Brasil, realizada entre marzo y diciembre de 2015. La discusión se realizó desde la perspectiva del análisis institucional de Gregório Barenblitt para realizar un análisis de las demandas que busca resaltar algunos de los cruzamientos institucionales (por parte de la Universidad, el campo de la pasantía y los propios pasantes) que involucran el proceso de inserción del pasante. Como conclusión, afirmamos la necesidad de reconocer y problematizar la existencia de demandas conflictivas que surgen ya en el proyecto de trabajo de las prácticas, proponiendo una posibilidad de inserción que busca considerar los efectos de estos cruzamientos sobre las actividades realizadas.

Palabras clave: Psicología; Asistencia Social; Grupos artísticos; Análisis institucional;

Abstract: This paper aims to raise questions and propose analyzes about the insertion of the social psychology intern in the field of Social Assistance. The analysis is made over a compulsory curricular internship experience in a Reference Center in Social Assistance (CRAS) in a city in southern Brazil, held between March and December 2015. The discussion was made from the perspective of Gregório Barenblitt's institutional analysis to perform a demand analysis that seeks to highlight some of the the institutional crossings that involve the process of insertion of the intern. In conclusion, we affirm the need to recognize and problematize the existence of conflicting demands that already appear in the work project of the internships, and propose a possibility of insertion that seeks to consider the effects of these crossings on the activities of the intern.

Keywords: Psychology; Social assistance; Artistic workshops; Institutional analysis;

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva refletir sobre o processo de inserção de estagiários de psicologia em campos da Assistência Social, a partir de nossa experiência de estágio em um CRAS. Esses estágios foram realizados durante o ano de 2015, iniciando em março e concluindo em dezembro, como parte obrigatória da graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Durante toda nossa participação fez-se presente uma tensão entre as demandas da Universidade e as demandas do Serviço, entre as propostas de atuação, intervenção, os projetos que partem do meio acadêmico e a realidade que se colocava no campo de estágio. Para pensar essa tensão e o processo de inserção de estagiários, focaremos o processo de implementação de duas dessas propostas, a saber, duas oficinas artísticas que tentamos realizar durante o ano.

O evento legal determinante para a Assistência Social enquanto política pública destinada ao conjunto dos cidadãos de nosso país é a Constituição Federal de 1988. A nova constituição possibilita o exercício da cidadania em outros moldes: a participação do cidadão na discussão e formulação das políticas públicas passa a ser valorizada, concretizando-se tanto na esfera política, em instâncias de controle social, quanto no cotidiano dos serviços, ao se estabelecerem relações e vínculos com a população (COSTA; CARDOSO, 2010). A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (BRASIL, 1993) regulamenta os artigos relativos a Assistência Social, devendo garantir direitos e promover a cidadania de amplos os segmentos da população, que amargam pela competição no mercado de trabalho e acirramento das desigualdades sociais.

Outro marco normativo de grande relevância é a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (BRASIL, 2005b). Promulgada em 1995, expressa o conteúdo específico desta política ao definir suas diretrizes, pautado pela ruptura de uma história atravessada por ações que tinham em sua intenção a lógica dos “primeiro-damismos”, dos clientelismos e, principalmente, a manutenção da condição de subalternidade aos que a ela recorriam. A Política Nacional de Assistência Social (Ibid.), operacionalizada através do SUAS (BRASIL, 2005a), introduziu novos procedimentos de gestão, promoção, execução e fiscalização da Assistência Social, dando prioridade ao atendimento de famílias consideradas em situação de vulnerabilidade social. Essas marcas, se garantidas e legitimadas por meio dos movimentos populares, da participação plena de seus usuários e do fortalecimento dos espaços e

instâncias de controle social, deverão fazer com que as ações propostas estejam conectadas com seus territórios, seus sujeitos, suas prioridades (Ibid.).

Os Centros de Referência da Assistência social (CRAS) são estabelecimentos previstos pela Política Nacional de Assistência Social, e têm como papel executar os programas de proteção social básica. Nesses estabelecimentos são realizadas atividades relacionadas a garantia de direitos e redução de vulnerabilidades, a saber, transferência de renda, através de benefícios para as pessoas que os necessitem, bem como acolhimento, convivência e socialização destas (BRASIL, 2005b).

Nossa inserção se deu em um CRAS de uma cidade de grande porte do sul do Brasil. O CRAS em questão cobre 6 bairros, tendo hoje 500 famílias cadastradas. A equipe consistia, à época, de dois auxiliares administrativos, duas assistentes sociais, dois psicólogos (uma psicóloga em licença maternidade), uma coordenadora e uma cadastradora. Dentre as atividades previstas pelas orientações técnicas do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) optamos por oferecer oficinas artísticas visando construir e fortalecer vínculos entre a comunidade através de experiências coletivas.

2 MÉTODO

Para compreendermos experiências vividas em campo propomos nos basear em conceitos da Análise Institucional de Baremlitt (1996), auxiliados em menor medida por conceitos da cartografia esquizoanalítica (GUATTARI, 2012, 1988; GLOWCZEWSKI, 2015). O primeiro passo desse processo é a análise de oferta da demanda. Considerando que as demandas são produzidas - ou seja, não existem demandas naturais - esta etapa consiste em tentar investigar como a demanda foi criada pelas organizações e agentes envolvidos. Para isso, também recorreremos a noção de encargo (BAREMBLITT, 1996), a qual se refere aos sentidos implícitos, não-manifestos, mistificados ou reprimidos, que pressupõe uma demanda de bens ou serviços. O encargo não coincide com a demanda e pode ser decifrado a partir dela, sendo que seu sentido varia segundo o contexto organizacional que a elabora.

Necessário apontar três conceitos centrais no léxico geral das análises institucionais (LOURAU, 1993; COIMBRA, 1995): instituição, instituído e instituinte. O primeiro compreende tanto a rede de instituídos, - atualizado como leis, normas, hábitos e todo tipo de inclinações relacionadas a cultura - como ao seu processo de produção, o instituinte. Esse conjunto de instituídos são dinâmicas de articulação entre as representações sociais, processos imateriais que produzem e regulam constantemente os valores coletivos e tendem a certa inercia, a um conservadorismo. O instituinte é sempre um processo constituído por forças revolucionárias que agem no sentido de transformar ou criar novas institucionalidades, funciona em consonância com o devir-social, tende a ser um movimento de resistência ou destruição das lógicas já instituídas.

A tensão entre essas diferentes lógicas irá se expressar na materialidade das organizações, que concretizam e colocam em andamento os sentidos dos instituídos e instituintes. As organizações possuem formas das mais variadas, podendo ser reconhecidas em grandes complexos como o Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Assistência Social, etc.

Os variados fluxos institucionais que compõe as organizações das intervenções de seus agentes: as implicações práticas no sentido das lógicas instituídas, ou seja, tudo aquilo que podemos considerar como dado na cultura, receberá o nome de “atravessamentos”; as implicações no sentido das forças revolucionárias, que de alguma forma questionam ou problematizam os instituídos, chamaremos de “desviantes”; já no que se refere as práticas alinhadas a produção e criação de novas lógicas nomearemos “transversalidades”. Portanto, a próxima etapa da construção deste trabalho consiste em efetuarmos a análise, propriamente dita, dos relatos apresentados, desvelando os atravessamentos, desvios e transversalidades institucionais das nossas intervenções enquanto estagiários: processos não-ditos da organização (BLEGER, 2003).

3 RESULTADOS

Nosso primeiro contato com o campo, se deu, antes mesmo do início dos estágios, a partir do projeto de extensão “Experiências Coletivas em Contexto do SUAS: Oficinando nos CRAS”. Este projeto objetivava trabalhar a linguagem fotográfica com jovens moradores do território de abrangência do CRAS, buscando promover reflexões a partir desta prática. Ainda enquanto nos familiarizávamos com o projeto, decidimos abandonar o critério “jovens” abrindo a possibilidade de realizar a oficina com todos os interessados.

Logo na primeira semana do semestre letivo aconteceu no auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC a 1ª Mostra de Estágio e Pesquisa em Psicologia e Serviço Social nos CRAS, onde fizemos nosso primeiro contato com o psicólogo do CRAS em questão e marcamos nossa primeira reunião já no estabelecimento do CRAS. Nesta primeira reunião, nos apresentamos, conhecemos os membros da equipe e as atividades que realizaríamos enquanto estagiários. Estas atividades seriam relacionadas ao trabalho da equipe PAIF.

A princípio, estas atividades seriam nossa prioridade durante o estágio, mas, em função do projeto de extensão e da necessidade de criação de grupos dentro do serviço, ficamos mais envolvidos no processo de implementação da Oficina de Fotografia. Ao longo das reuniões de equipe e das superviões acadêmicas, estabelecemos, por uma demanda do serviço, que faríamos a divulgação da oficina por telefone para o público prioritário do CRAS, especialmente às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que contivessem adolescentes em sua composição familiar. Para tanto, criamos uma relação de 250 famílias beneficiárias do território que cumpriam os requisitos estabelecidos.

Na mesma semana em que começamos a divulgação, os trabalhadores do serviço público da cidade iniciaram, através de seu sindicato, uma greve que durou 48 dias. Durante este período, obviamente, não foi possível fazer nem a divulgação nem a oficina. Retornando da greve, retomamos as ligações, marcando o primeiro encontro da oficina para o dia 26 de junho. Nesse momento, nossa ideia começou a se mostrar bastante precária: a maioria dos números telefônicos presentes do cadastro das famílias estavam desatualizados e, dentre os beneficiários de fato contatados, muito alegaram que não poderiam participar da oficina por terem compromissos de trabalho no mesmo horário. Como resultado, conseguimos realizar contato com apenas um quarto das pessoas na lista. Destas, por fim, somente duas apareceram para o dia marcado da oficina, sendo que uma foi encaminhada de um atendimento e não das ligações.

Constatando que este método não funcionou, optamos por retomar o método utilizado em experiências anteriores do projeto: divulgar nas escolas, centros de saúde, centros comunitários, centros de convivência e etc. Graças a esta divulgação, o número de pessoas subiu de dois para dez no segundo encontro, sendo que as pessoas que foram ao primeiro dia, não retornaram para o segundo. No terceiro encontro, novas pessoas vieram e várias que vieram ao segundo encontro, não vieram. Um modo de funcionamento semelhante permanece por todo o processo da oficina: as pessoas vêm a alguns encontros e faltam a outros de modo que há um número relativamente constante de participantes nos encontros, mas um número maior (quase o dobro) de participantes no total.

Os encontros da oficina consistiram em exposições de conceitos fotográficos, prática de fotografia e saídas de campo. Ao longo dos encontros foi visível a ampliação das possibilidades expressivas dos participantes na linguagem fotográfica. Em um encontro realizamos uma conversa com os participantes discutindo o andamento da oficina, expectativas, interesses e relação com a fotografia.

Para o segundo semestre, havíamos planejado também oferecer uma roda de música. Esta roda, novamente, deveria ter como público-alvo o público prioritário do CRAS. Neste caso, considerou-se melhor direcionar a oficina aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), por ser um público com o qual o CRAS pretendia intensificar vínculos, visto que esse benefício anteriormente não era de responsabilidade da Assistência Social. Coletamos os dados e novamente tentamos divulgar por

telefone, além de através de cartazes em centros de saúde, centros comunitários e grupos para a terceira idade. Como na Oficina de Fotografia, as ligações se mostraram bastante infrutíferas porque poucos números estavam atualizados e poucas pessoas respondendo positivamente ao convite, de modo que, no dia marcado, não houve participantes. Continuamos tentando por algumas semanas, sem sucesso. Eventualmente uma família apareceu para participar, mas não retornou, de modo que abandonamos o projeto. Tentamos pensar na possibilidade de realizar essa roda de música em outro estabelecimento do território de abrangência, mantendo a referência ao CRAS, ou mudar a forma de divulgação. Entretanto essas ideias eram incompatíveis, uma vez que o objetivo era trazer especificamente os beneficiários do BPC até o estabelecimento do CRAS, procurando fortalecê-lo também como espaço de convivência.

4 DISCUSSÃO

Em primeiro lugar, partindo da análise de oferta, podemos levantar algumas questões. Existe: 1) a oferta de estagiários pela Universidade para a concedente de estágio (Secretaria de Assistência Social), 2) a oferta do campo de estágio por parte do CRAS, 3) a oferta por parte dos estudantes, enquanto candidatos a estagiários, de uma determinada ênfase e 4) a oferta de uma atividade pela Universidade para o CRAS através do projeto de extensão, neste caso, a oficina de fotografia. Estas ofertas, entretanto, envolvem certos encargos e produzem certas demandas, que se constituem como *a priori* da inserção no campo.

Como não participamos do processo de oferta de estágio da Universidade para a concedente, não apresentaremos de maneira aprofundada todos os interesses e necessidades implicadas. Podemos, por outro lado, deduzir que isso diz respeito às metas de formação acadêmica, com as quais a Universidade e se compromete enquanto organização da Educação. Nos últimos anos, os cursos de graduação em Psicologia têm dado maior ênfase em formar profissionais para trabalharem com políticas públicas, em função da consolidação de serviços como o SUS e o SUAS (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Da parte do CRAS, em ofertar um campo de estágio, podemos considerar alguns encargos. Em primeiro lugar, a necessidade de dar conta de determinados serviços previstos pela Política, levando em conta a defasagem das equipes, que, atualmente, deveriam contar com o dobro da equipe mínima. Destacamos neste ponto que é necessário o acompanhamento de atividades como as oficinas por alguém da equipe PAIF, o que neste ano não foi possível devido o afastamento de duas profissionais. Em segundo lugar, o entendimento sobre a importância dos profissionais da psicologia nessa área e a sistemática produção de conhecimento sobre a Assistência Social no Brasil (BRASIL, 2005a). Por fim, e de maneira mais determinante, a oferta de estágios no CRAS está diretamente relacionada ao fato de que o psicólogo é parte da equipe mínima do CRAS, o que implica entender a psicologia para além dos seus espaços mais tradicionais e elitizados. Vale ressaltar que as práticas psicológicas ainda são muito associadas a psicoterapia (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010), algo que mesmo no contexto da Assistência Social aparece de forma a surgirem questões sobre as diferenças de atuação entre Psicologia e Serviço Social. Ao nosso ver essas questões surgem pela limitação que a própria psicologia tem em executar ações para além do atendimento de consultório. Cabe ressaltar que essa ciência ainda está muito atrelada a uma ideia de sujeito a partir do discurso, um sujeito que é uma interioridade que se manifesta em seus atos e cuja inteligibilidade é seu discurso.

Nossa oferta enquanto estagiários, por outro lado, se deve ao nosso interesse por conhecer mais as relações entre Psicologia e Assistência Social, que é uma área profissional ainda relativamente relegada no curso no qual nos encontramos. Podemos dizer também que houve especial interesse da nossa parte em estagiar especificamente nesse CRAS, pois já possuíamos certa afinidade de trabalho com a professora que orientaria aquele campo, bem como conhecíamos e interessávamo-nos pelo trabalho do psicólogo deste CRAS.

Em quarto lugar, o processo de oferta da demanda com relação a oficina de fotografia propriamente dita, como tal atividade cabe dentro dos critérios políticos estabelecidos para os CRAS e em quais condições a mesma deve acontecer. Dentre as principais atuações do CRAS prescritas na legislação destaca-se a articulação e o desenvolvimento de ações intersetoriais que promovem a convivência familiar e comunitária com o intuito de melhorar as condições materiais das famílias, assim como o bem estar social das mesmas (BRASIL, 2005b). Sendo assim, conforme as disposições regulamentadas pela PNAS, algumas das atividades dos agentes do CRAS devem configurar -se na criação e/ou fomentação de grupos no território. É neste sentido que pensamos a oficina.

A partir de experiências anteriores de oficinas no CRAS, foi criado um projeto de extensão que se atualiza em duas oficinas de fotografia realizadas em dois CRAS da cidade. Estas oficinas objetivam trabalhar de maneira aberta com a linguagem fotográfica procurando desenvolver e expandir os meios de expressão dos participantes. Objetivava-se também a realização de debates sobre eixos temáticos. Estas propostas de oficinas artísticas e de criação baseiam-se em trabalhos como Sawaia (1999), Maheirie e al. (2012), Strappazon (2011) e Maheirie (2015), que entendem que este é um meio eficiente de aumento da potência de agir e produção de espaços de descristalização de modos repetitivos.

Esse projeto acaba por contar, então, como atividade de formação em psicologia. Assim, quando optamos por estagiar naquele CRAS estávamos também aceitando algumas determinações a mais sobre nosso estágio, de alguma forma teríamos que lidar com as atividades relacionadas a fotografia, além daquelas já prescritas sobre trabalhar na Assistência Social, os já mencionados encargos. O que era, em parte, também algo que nos interessava nesse estágio.

Retomando o processo de implementação da oficina de fotografia, cabem algumas problematizações. Em primeiro lugar, de onde e de quem é a demanda por oficinas artísticas. As Orientações técnicas do PAIF (BRASIL, 2012) indicam a realização de oficinas com famílias como forma de trabalhar questões do território e contribuir para o desenvolvimento de projetos coletivos, conquista de protagonismo e autonomia. Dessa forma, pode-se dizer que, a partir dessas especificações da LOAS e da PNAS existem maneiras mais ou menos adequadas de se inserir na comunidade. Freitas (1998), resume essas possibilidades, especificamente no que tange à psicologia, a partir de dois eixos: um em que a inserção do profissional contribui para a produção de conhecimentos sem necessariamente implicar -se com a mudança da vida da comunidade, e outra na qual são buscadas formas de participação da comunidade, proporcionando produções de conhecimento em conjunto. Segundo a autora a primeira forma de intervenção se dá basicamente a partir de objetivos, motivos e preocupações que orientam o psicólogo antes mesmo deste entrar em contato com a textura cultural das pessoas com quem pretende trabalhar. Ou seja, essa inserção está orientada por objetivos de trabalho definidos a priori. Na segunda forma de inserção, em que os objetivos do trabalho são definidos a posteriori, as prioridades para a ação definem -se conjuntamente, as decisões sobre o que e como fazer se dão em discussões e tendo a participação da população. Nessa perspectiva, a intervenção acontece na dependência da avaliação da população, comprometendo -se com a possibilidade de mudança social e construção de conhecimento na área (FREITAS, 1998), condizendo mais com a PNAS. Ressaltamos que, na prática, estes modos de atuação, em geral, atravessam-se, ou seja, uma intervenção mais inclinada conforme a primeira está atravessada por influências da segunda e vice -e -versa.

Apontamos anteriormente, na análise das demandas do processo de inserção, determinados conteúdos que configuravam-se como *a priori* e que são, em certo sentido, inevitáveis. No caso da implementação de ambas as oficinas neste, além dos atravessamentos institucionais apontados, avaliámos que o processo se deu mais em consonância com a primeira perspectiva, ou seja, a proposta de atividade feita a comunidade não foi construída junto às demandas do referido território. Por outro lado, cabe destacar que, anterior a nossa participação neste projeto, outras experiências similares foram realizadas naquele CRAS e geraram, certamente, um acúmulo que serviu para fundamentar estas novas

propostas. Parece-nos, entretanto, que este modo de implementação gerou determinados efeitos que procuraremos descrever.

Primeiramente, a escolha do público alvo. O projeto original da oficina de fotografia, assim como as experiências anteriores, direcionava-se aos jovens moradores do território. Como já apontamos, por uma demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social e também por uma questão de coerência com a própria proposta do serviço, escolhemos direcionar a oficina para famílias beneficiárias do Bolsa Família. Se, por um lado, esta decisão condiz com a proposta do serviço, por outro, caberia levantar o interesse deste público e a necessidade desta oficina, uma vez que as experiências anteriores demonstraram o interesse de outra categoria.

Outra questão refere-se a divulgação: partiu-se do modo de funcionamento mais comum no CRAS, ou seja, a busca ativa por telefone. Este modo de divulgação, como apontamos, não foi muito efetivo. Estas duas questões nos colocam a pergunta: porque o primeiro encontro não teve adesão? Seria porque a forma de divulgação não era boa? Ou seria porque este público não está interessado nesta oficina? Parece-nos que um pouco de ambos. Sendo já poucos contatos realizados com sucesso, ainda menos demonstraram interesse em participar. No entanto, considerando os atravessamentos da própria história da Assistência Social no Brasil muito relacionada à caridade e ao clientelismo (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010), a representação que a população tem dos CRAS é de uma entidade caridosa – o fantasma assistencialista que nos persegue alhures a constituição de 88 – que se presta a repasses pontuais de recursos materiais. Víamos, assim, a necessidade de re-apresentar o serviço à população, tentando potencializar a produção de vínculos entre as pessoas e o CRAS enquanto espaço público para o protagonismo da comunidade. Vale ainda acrescentar que, em determinado momento do processo, mais precisamente durante a experimentação nas formas de divulgação da oficina de música, como demanda a tentativa de realizar tal atividade em outros espaços do território, especificamente, naqueles em que já aconteciam outras atividades relacionadas ao público alvo.

Acreditamos ainda que, apesar de parecer-nos imprescindível priorizar o público prioritário do CRAS nas oficinas e grupos que este realiza, a criação de grupos constituídos a partir de critérios de unidade e critérios identitários (idosos, adolescentes, mulheres, homens, beneficiários de X) pode despotencializar estas ações. O tempo da política das unidades passou, a consciência coletiva não é mais sinônimo de potência política e, como apontam Hardt e Negri (2014) é justamente no encontro de elementos heterogêneos que reside a potência política contemporânea. Dito ainda de outro modo, utilizando um termo de Rancière (1996), a subjetivação política não é o movimento de tomada de consciência e identificação com uma classe ou categoria, mas envolve justamente um processo desviante de desidentificação. Estas são questões que acreditamos serem relevantes se estamos, como se propõe, a fazer uma psicologia implicada na transformação social (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Em função destas questões, realizamos algumas opções quanto ao manejo da oficina. Em primeiro lugar, optamos abandonar a proposta de nortear os encontros por eixos temáticos que visavam fazer da oficina (e do objeto estético) um meio através do qual chegaríamos a uma discussão onde se daria a reflexão. Em vez disso, optamos por apostar em uma potência de desconstrução, desidentificação e criação de novos territórios existenciais a partir do contato com novas matérias de expressão (GUATARI, 2012). Nesse sentido, nos envolvemos em um processo que, como apontado anteriormente, denominados de transversalidade. Esta aposta se deu por acreditarmos na construção de uma psicologia não centrada sobre o discurso de um sujeito que preexiste à intervenção, mas uma psicologia que se centra sobre um sujeito enquanto projeto (MAHEIRIE, 1994) e a expansão das possibilidades de existir, dos modos de subjetivação, das sensibilidades e dos modos de expressão. Apostamos na potência dos acontecimentos de fortalecer os encontros coletivos e vínculos comunitários, em lugar de práticas especialistas de forçar reflexões ou “trazer consciência”. Práticas estas que nos parecem, para usar uma expressão de Rancière (2011), mais embrutecedoras que emancipadoras, ao colocar a

emancipação e a construção da autonomia sob a falsa disjunção: “eu vou lhe emancipar” ou “eu vou lhe mostrar o caminho para se emancipar”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser uma política recente e conseqüentemente o campo de estágio também, percebemos que os CRAS são terrenos férteis para propor atividades como as oficinas e experimentar novas práticas possíveis em psicologia. É recomendação comum que não se proponha intervenções, métodos e objetivos *a priori*. Entretanto, como procuramos evidenciar nas análises acerca das ofertas, demandas e encargos que perpassaram nosso processo de inserção enquanto estagiários de psicologia, há diversos atravessamentos que configuram-se anteriormente à inserção do estagiário e do profissional.

É importante destacar importância de uma análise crítica para não culpabilizar a população por não se interessar pelas atividades propostas pelos serviços e, transitivamente, também pela sua condição de vulnerabilidade. Neste sentido, propomos a construção de um espaço de autoanálise institucional com a equipe e os participantes das atividades realizadas pelo serviço.

Ainda, parece-nos relevante para próximas experiências de estágio iniciar a inserção no campo a partir de um mapeamento do território de abrangência do Serviço, tendo como objeto destas atividades, coletivos ou outras referências que já existam nas comunidades. Mapear o território, acreditamos, pode ser feito a partir de qualquer ponto, com qualquer objeto: coletivos artísticos, instituições religiosas, áreas de lazer... Parece-nos também uma forma de estabelecer diálogo com o território, conhecer suas demandas, expectativas, potências e dispositivos, para, enfim, colocar-se a disposição para trabalhar com e a partir do território e assim, buscar construir formas mais potencializadoras e auto-gestivas de relações.

Referências

- BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.
- BLEGER, J. **Psico-higiene e Psicologia Institucional**. Porto Alegre: Artmed, 1984.
- BRASIL. Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). disponível em <[http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/direitos Humanos no Brasil/loas lei organica da assistencia social.html](http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/direitos%20Humanos%20no%20Brasil/loas%20lei%20organica%20da%20assistencia%20social.html)>. Acesso em 10 de Dez. 2019.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social.(2012). Orientações técnicas sobre o PAIF, vol.2 : Trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Brasília, 2012.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2005a.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2015b.
- COIMBRA, C. M. B. Os caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma empresa possível. **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**, v. 7, n. 1, 52-80, 1996.
- COSTA, A. F. de S.; CARDOSO, C. L. Inserção do psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social-CRAS. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 3, n. 2, p. 223-229, Dez. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202010000200011. Acesso em 10 dez. 2019.
- FREITAS, M. de F. Q. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 1-12, 1998. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/188/18811111.pdf>. Acesso em 10 dez. 2019.
- GLOWCZEWSKI, B. **Devires totêmicos: cosmopolítica do sonho**. São Paulo: N-1 Edições, 2015.
- GUATTARI, F. **O incosciente maquínico: ensaios de esquizo-análise**. Campinas: Papirus, 1988
- GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 2012.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- LORAU, R. **René Lourau na UERJ. Análise institucional e prática de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- MAHEIRIE, K. **Agenor no mundo**. Porto Alegre: Letras Contemporâneas, 1994.
- MAHEIRIE, Katia, et al. Coletivos e relações estéticas: alguns apontamentos acerca da participação política. In: Mayorga, C., Castro, L. R. de, Prado, M.A.M. (orgs.). **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra-cap/Faperj, 2012. 143-167.
- MAHEIRIE, Katia. O fotografar e as experiências coletivas em Centros de Referência em Assistência Social. In: Lima A. F. de; Antunes, D. C., Calegare, M. (Orgs.). **A Psicologia Social e os atuais desafios éticopolíticos no Brasil**, Fortaleza: ABRAPSO, 2015, 324-334.
- RANCIÈRE, J. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- SAWAIA, B. B. Comunidade como Ética e Estética da Existência. Uma Reflexão Mediada pelo Conceito de Identidade.

Psykhe, vol. 8, n. 1, pp. 19-25, 1999. Disponível em: <http://www.psykhe.cl/index.php/psykhe/article/view/384/364>. Acesso em 10 dez. 2019.

STRAPPAZZON, A. Bons encontros: relações éticas e estéticas na casa Chico Mendes. 2011. Dissertação (mestrado em Psicologia Social – **Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95439/294262.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 de Dez. 2019.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. D. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26 n. especial, 9-24, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Oswaldo_Yamamoto/publication/262517953_Social_Policy_and_Psychology_a_25-year_trajectory/links/54da5f500cf233119bc33082.pdf. Acesso em 10 dez. 2019.

Histórico	Recebido em: 10/08/2019 Revisado em: 25/08/2019 Aceito em: 03/09/2019
Contribuição	Concepção: LAA; MFB; MACE Coleta de dados: LAA; MFB; MACE Análise de dados: LAA; MFB; MACE Elaboração do manuscrito: LAA; MFB; MACE Revisões de conteúdo intelectual importante: LAA; MFB; MACE Aprovação final do manuscrito: LAA; MFB;
Financiamento	Não houve financiamento para a pesquisa.